

A Sustentabilidade em Distritos de Economia Solidária: por uma Proposta Analítica Fundada em Dois Eixos

Eduardo Vivian da Cunha

*Mestrando do Núcleo de Pós-graduação em Administração da UFBA
cunha1979@gmail.com*

Resumo

Este trabalho tem por objetivo propor um marco analítico para a sustentabilidade de projetos de desenvolvimento local sob o enfoque da economia solidária. Para tanto, utilizaram-se duas dimensões de análise: o grau de indução do processo de intervenção e o nível de bagagem comunitária existente no local. A análise conjunta destas dimensões permite a identificação de quatro tipos principais de possibilidades quanto à sustentabilidade. Frente a estas possibilidades analisou-se o enquadramento do caso Eco-Luzia, projeto de desenvolvimento local em execução na comunidade de Santa Luzia (Simões Fiho/BA). Verificou-se, para este caso ilustrativo, que a sustentabilidade no presente momento somente é possível mediante o apoio dos agentes externos. Percebe-se, apesar disto, uma tendência ao atingimento de uma “sustentabilidade orientada” com o avanço do processo.

Introdução

Quando buscamos a compreensão da sustentabilidade sob a ótica da economia solidária, especialmente em se tratando de projetos de desenvolvimento local algumas questões se apresentam de pronto. Que parâmetros utilizar para perceber se um projeto desta natureza tem chances de ser sustentável? Sob quais condições contextuais estas chances se apresentam com mais vigor? E ainda, qual o sentido desta sustentabilidade?

De fato, a determinação precisa da sustentabilidade se conforma como muito difícil, já que tratar desta questão normalmente acaba se configurando como tratar de projeções de resultados futuros a partir de uma ação presente, o que é, de certo modo, um exercício especulativo. Como não podem ser conhecidas todas as variáveis que eventualmente surgem ou que tornam-se determinantes para a reorientação do processo de desenvolvimento, esta sustentabilidade deve ser entendida principalmente como indicativo de possibilidades, e não como uma projeção determinística.

Outro ponto a ser destacado aqui é que a tentativa de construção de um modelo para a análise da sustentabilidade, que propomos realizar neste trabalho, deve ser percebida mais como uma busca de marcos teóricos que possam indicar com alguma segurança suas possibilidades e menos como um engessamento analítico para a observação empírica. Esta rigidez acaba por trazer algumas vezes enquadramentos que limitam o entendimento das situações concretas, necessariamente sempre muito mais complexas do que modelos desenhados.

Por outro lado, entendemos como sendo legítima a busca por simplificações e modelos que possam servir pelo menos como um indicativo do caminho a seguir nestes processos de análise. No estudo presente, em especial, percebemos certa lacuna na literatura que se refere à economia solidária. Embora tenham surgido alguns trabalhos sobre a sustentabilidade de empreendimentos solidários (REIS e MEIRA, 2005), no que toca a questão dos projetos comunitários temos apenas referências pontuais em alguns trabalhos.

Observamos, ainda, que a economia solidária tem se debatido na construção de um projeto sistêmico alternativo de estruturação da sociedade, o qual possa fornecer soluções robustas para os problemas sociais e, quem sabe, fazer frente ao sistema capitalista. Para que este projeto tome corpo, é necessário que se desenvolvam políticas eficientes de intervenção,

que possam conduzir às respostas buscadas. Neste sentido, é importante que existam marcos que guiem a ação de tal projeto de atuação externa. Isto permite o desenho de políticas adequadas, tanto no nível estatal como para atuação da própria sociedade civil organizada. Não temos a pretensão de desenhar tal marco, mas de contribuir na sua construção.

Este trabalho pretende analisar estas questões a partir de um encadeamento de cinco seções principais, fora esta introdução: a análise do próprio conceito de sustentabilidade; a definição do conceito de distrito de economia solidária; a proposta do quadro analítico sobre duas dimensões principais; a análise do enquadramento do caso Eco-Luzia e por fim, as discussões finais.

A evolução do conceito de sustentabilidade

Para que entendamos o conceito de sustentabilidade, devemos nos remeter ao de desenvolvimento, junto ao qual teve a sua gênese no passado e cuja associação vem se mantendo em maior ou menor grau. O conceito de desenvolvimento ganhou espaço importante no cenário internacional a partir do final da Segunda Guerra Mundial. Neste momento ele estava estritamente centrado em questões econômicas, e tinha como objetivo principal aproximar os países subdesenvolvidos dos desenvolvidos por meio do crescimento econômico acelerado. Segundo Santos (2002),

Os projetos de desenvolvimento econômico foram concebidos e implementados “a partir de cima” (*top-down development*), com base em políticas traçadas e implementadas por agências tecnocráticas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades afetadas por estas políticas. Além do mais, os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial (Cypher e Dietz, 1997) (p. 45).

A partir dos anos 70, esta abordagem passou a ser questionada mais seriamente. Surgiram então as propostas que Santos (2002) qualifica como “desenvolvimento alternativo”, que tinham como característica a adoção de enfoques diversificados, sempre críticos à centralidade da abordagem econômica. Percebe-se a partir daí o esforço por colocar outros objetivos no mesmo nível – ou mesmo num nível superior, já que o econômico passa a ser tratado como um intermediário – dos objetivos econômicos. Como a proposta operativa deste tipo de desenvolvimento envolve a endogenia, surge também a questão comunitária e a ação local. Santos (2002) identifica aí uma potencialidade para a criação de um círculo virtuoso por meio da alimentação da esfera política local, que se torna apta a combater os problemas estruturais de marginalização.

A sustentabilidade começa a entrar em cena quando esta abordagem alternativa para o desenvolvimento tem seu dinamismo alimentado pelas vertentes ecológicas. Moura (2002) ressalta que este movimento começou em 1972, em Estocolmo, quando o tema foi incorporado na agenda de discussões sobre o desenvolvimento, culminando em 1987 com a inserção do conceito de sustentabilidade pela Comissão Brundtland de Meio Ambiente e Desenvolvimento (MOURA et alli, 2002).

O conceito de sustentabilidade desenhado por esta comissão tem uma definição que está entre as mais conhecidas. Esta definição expressa que “o desenvolvimento sustentável é o que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (VAN BELLEN, 2006). Este conceito, todavia, se mostra impreciso devido à presença do termo “necessidade”, que mesmo que se defina de forma clara, não apresenta sentido único. Van Bellen, citando Dahl diz que este termo “é claramente um conceito carregado de valores, e existe uma forte relação entre os

princípios, a ética, as crenças e os valores que fundamentam uma sociedade ou comunidade e sua concepção de sustentabilidade” (P. 27).

Esta concepção, entendida apenas no sentido de manter e prolongar a existência, de forma neutra, sem a presença de valores, pode levar à conseqüências negativas. Van Bellen sustenta este argumento a partir de uma reflexão do modelo em que estamos inseridos. Se as tendências atuais forem prolongadas a partir de uma busca estrita pela sustentabilidade ambiental, pode haver a criação de um sistema socialmente, psicologicamente e culturalmente insustentável. Basta que se imagine o cenário atual, de altos contrastes sociais, com o imperativo da manutenção da carga total sobre o planeta dentro de um limite estipulado. Uma conseqüência direta disto é que muitos deveriam se manter privados do consumo para que poucos o usufruíssem, perpetuando desigualdades. Soma-se a isto o mal estar psicológico e cultural que a orientação para a exploração limítrofe da capacidade ambiental poderia gerar. Assim é que Van Bellen (2006), apoiado em Bossel defende que a sustentabilidade deve abordar as dimensões material, ambiental, social, ecológica, econômica, legal, cultural, política e psicológica.

Esta posição de Van Bellen reflete as disposições que Moura (2002) identifica na aprovação da Agenda 21, por ocasião do encontro Rio 92. Este momento foi um dos marcos da mudança do conceito de sustentabilidade, que amadureceu desde a visão restrita ao ambiental para outra, multidimensional.

Neste momento a noção de sustentabilidade, ao articular mais claramente as agendas ambiental e social, ganha novos contornos, implicando também na capacidade dos agrupamentos humanos garantirem a gestão de seu próprio desenvolvimento, em termos econômicos, políticos, cultural, institucional, além da dimensão ecológica e ambiental (Ministério do Meio Ambiente, 2000) (MOURA et alli, 2002, P. 2).

Santos (2002) apresenta ainda outro grupo de propostas de desenvolvimento que tem uma formulação, em alguns aspectos, próxima àquelas do desenvolvimento alternativo, mas que refutam em absoluto a idéia de crescimento, rejeitando totalmente o paradigma do desenvolvimento econômico. Para estas propostas, Santos endereça as mesmas críticas que faz ao desenvolvimento alternativo, ou seja, de que a sua visão é muito restrita ao local. Ele acredita que este enfoque pode “reificar o local e desligá-lo de fenômenos e movimentos regionais, nacionais e globais” (2002, p.51). Apesar disto, acrescenta que esta ênfase tem um papel importante, que é o de dar protagonismo aos atores locais. Para solucionar este impasse, define conceitos de “comunidade ameba” e de “comunidade fortaleza”. O primeiro representa um comportamento recomendável, pois a imagem remete à comunidade “como uma entidade viva e dinâmica, aberta simultaneamente ao contato e à solidariedade com outras comunidades, em diferentes escalas, e decidida a defender as alternativas contra-hegemônicas que surjam no seu interior” (P. 53). O segundo faz referência a uma localidade fechada e estática. (Santos, 2002).

A partir destas colocações, vamos considerar a sustentabilidade, de forma mais geral, como a *possibilidade de existência continuada do processo de desenvolvimento*. De forma mais específica, e seguindo a tendência de considerá-la a partir de uma perspectiva multidimensional, ela é pensada *englobando não apenas a dimensão ecológica, mas também a cultural, política, social e mesmo econômica*. A escolha destas dimensões não é arbitrária, mas coincide com a análise que faremos a seguir sobre a multidimensionalidade associada às práticas de economia solidária.

Uma definição para distritos de economia solidária

O conceito de distrito de economia solidária (DES) não tem aparecido de forma consolidada na literatura que enfoca o tema. França Filho (2006a) faz referência sobre o termo para designar um local que tem uma política de desenvolvimento orientado pela economia solidária. O contexto em que este autor coloca o conceito é o de políticas públicas. Entretanto, não pretendemos fazer aqui semelhante restrição, para que seja permitido um quadro analítico mais abrangente.

Como ponto de partida, tomamos três aspectos que cabem na análise de um DES, e que podem ser tidos como pressupostos para o trabalho. São eles: i. os empreendimentos econômicos solidários assumem um papel central no seu processo de constituição e de desenvolvimento; ii. sua esfera constitutiva é delimitada essencialmente pela comunidade local; iii. sua expressão se dá a partir de um caráter multidimensional.

Com relação ao primeiro aspecto, observamos que os conceitos referentes aos empreendimentos econômicos solidários (EES), se apresentam muito mais trabalhados e referenciados na literatura. Conquanto o projeto de intervenção em uma comunidade possa, a rigor, ser qualificado como um empreendimento, não devemos nos posicionar desta forma dentro do que nos propomos, sob riscos de perda do enfoque analítico. Quando nos referimos a sustentabilidade do projeto comunitário estamos pensando em questões que fogem do âmbito de um projeto encarcerado em uma organização, mesmo que esta tenha as fronteiras vazadas para o exterior, como é o caso de um EES. Num projeto comunitário, os objetivos se tornam mais amplos e assumem uma visão mais sistêmica. Passam a ser metas, por exemplo, questões como aumento de renda de todos os moradores e melhorias nas condições estruturais (transporte, saneamento básico, etc.). Além disto, a interlocução com as esferas governamentais pode se dar em outros níveis.

Por outro lado, não podemos deixar de observar que alguns empreendimentos acabam assumindo este papel comunitário, como nos casos dos bancos comunitários, onde se destaca o exemplo da ASMOCOMP/Banco Palmas (SILVA JUNIOR, 2004), e como no caso singular da APAEB (APAEB, 2002). Nestas situações emblemáticas, um empreendimento assume uma vocação essencialmente comunitária, e acaba tomando a frente das ações mais gerais. Este caráter comunitário acaba se refletindo também nas suas decisões. Pode-se dizer que estes empreendimentos acabam por se constituir em verdadeiros motores para a construção de um distrito de economia solidária na comunidade em que atuam, a partir de um movimento que pode ser qualificado genuinamente de endógeno.

De qualquer forma, uma das características marcantes de qualquer EES é o desdobramento de suas ações sobre a comunidade. França Filho e Laville (2004) observam que neles existe “uma tentativa de combinação singular entre, ao mesmo tempo, valorização de relações comunitárias e afirmação do princípio da alteridade” (p. 168). Associando-se isto ao fato de os empreendimentos se constituírem muitas vezes como importantes geradores de riqueza na comunidade, percebe-se a sua vocação em assumir este papel central, mesmo nos casos em que estes empreendimentos não tenham tanta expressão como nos exemplos citados no parágrafo anterior, e mesmo que necessitem estar articulados em rede com outros. O que reforça este argumento é que uma análise mais detalhada destes dois empreendimentos citados mostra que eles constroem a sua ação com base em uma miríade de outros empreendimentos coligados. O que parece ser o seu diferencial, entretanto, é a sua capacidade de articulação política dentro da comunidade.

Mesmo que os EES não assumam o papel central como seria de se esperar, só faz sentido se falar em economia solidária se eles tiverem pelo menos um papel relevante a desempenhar dentro do projeto em que estão inseridos. Caso haja, por exemplo, uma atrofia da dimensão econômica provocada pela eventual palidez dos empreendimentos dedicados à

geração de trabalho e renda, pode haver uma descaracterização do processo como sendo de economia solidária. Inversamente, esta descaracterização pode ocorrer também pela supervalorização da dimensão econômica, provocando o obscurecimento das outras dimensões do desenvolvimento comunitário.

O segundo ponto, que é a perspectiva local do distrito, pode ser entendido a partir do que França Filho (2006b) reconhece como sendo vocação da economia solidária, que são as articulações do socioeconômico com o sociopolítico. Elas são passíveis de acontecer principalmente (se não basicamente) numa dinâmica essencialmente comunitária. Referindo-se à experiência do Banco Palmas o autor afirma que “eles vão fazer esse casamento entre uma dimensão sociopolítica e uma dimensão socioeconômica, isto é, elaborando atividades socioeconômicas para resolver problemas públicos concretos na esfera do seu bairro” (p. 75). Outro aspecto que reforça o enfoque local dado pela economia solidária, retomando as afirmações de Santos sobre a endogenia vinculada às teorias de desenvolvimento alternativo, é o seu caráter indutivo. França Filho e outros autores (2006a) indicam que as políticas de intervenção solidárias “induzem à organização dos grupos sociais nos territórios como primeiro passo para uma tentativa de construção de processos mais sustentáveis de desenvolvimento” (p. 266). Este caráter está associado ainda a uma noção de emancipação, em que se busca a superação das noções de assistência e compensação (FRANÇA FILHO et alli, 2006a).

Por fim, o enfoque multidimensional, que é a terceira característica constituinte do distrito, provém do reconhecimento de que a atuação combinada em várias dimensões é um dos caracterizadores de uma manifestação de economia solidária. Com isto, compartilhamos das idéias de Costa (2003), que ao procurar os elementos comuns das práticas e teorias da economia solidária, percebe “um fenômeno complexo, de iniciativas de geração de trabalho e renda que, além de sua dimensão econômica, comporta uma dimensão sócio-política” (p. 38). Mais precisamente, tomando-se, por exemplo, França Filho e Laville (2004), vemos que “ao lado da dimensão econômica, a organização internaliza uma dimensão social, cultural, ecológica e política” (p.169). Assim, o equilíbrio destas dimensões é considerado essencial, e a dimensão econômica passa a assumir apenas um papel secundário (embora não desprezível), sendo um mediador das demais.

A partir dos dados apresentados, e considerando-se nossa proposta de análise, que se dispõe a olhar para construções de práticas de desenvolvimento que sejam sustentáveis, podemos colocar o conceito de distrito de economia solidária nos seguintes termos: este distrito seria uma *representação ideal de uma dada comunidade, desenhada a partir dos princípios da economia solidária, que pode ser realizada pela aplicação de suas ferramentas e pela observância das possibilidades de desenvolvimento intrínsecas do local.*

Proposta de modelo analítico

O entendimento da sustentabilidade de um projeto de desenvolvimento envolvendo um distrito de economia solidária pode se dar a partir de duas dimensões: i. o nível de indução propiciado pelo fomentador do processo de desenvolvimento e ii. a natureza da bagagem comunitária pré-existente.

a) O eixo indução

O termo indução tem sido usado principalmente para designar uma maneira de intervenção de agentes externos sobre uma determinada localidade. Ela ocorre principalmente no sentido de conceder o protagonismo da ação de desenvolvimento local aos atores comunitários, como foi dito ao referirmo-nos a Santos (2002).

França Filho (2006a) trata dos aspectos que a indução assume nas políticas públicas de economia solidária, onde ela é considerada uma portadora de um aspecto estratégico. O autor percebe a sua importância na determinação de um processo sustentável de desenvolvimento, pela organização de grupos sociais dentro do território a partir de processos de auto-organização coletivos. Estes processos podem carrear transformações institucionais efetivas na comunidade, consolidando as mudanças que eventualmente são alcançadas por ocasião do projeto de desenvolvimento.

É preciso que se entenda aqui o movimento de indução a partir da perspectiva da economia solidária. É assim que nos casos que seguem esta orientação, se observa a ênfase nas dimensões social e política, a partir do fomento à articulação destas dimensões com o econômico, no âmbito das organizações locais. Mais do que isto, é observada a criação de empreendimentos que tem nas suas atribuições principais a articulação sociopolítica da comunidade. A este respeito, França Filho assume que “primeiro se deve organizar sociopoliticamente esses grupos no seu território, fortalecendo o seu capital social, para que haja condições efetivas de geração de trabalho e renda” (2006a, p. 266).

Uma outra particularidade ainda pode ser observada nos processos de intervenção de economia solidária, que se mostram como políticas de geração de trabalho e renda com um enfoque que procura superar as práticas mais tradicionais de qualificação profissional ou de fomento ao micro-empendedorismo. Esta concepção, que França Filho denomina de sustentável-solidária, representa o fortalecimento das dinâmicas comunitárias e o fortalecimento de todas as dimensões que convivem no território. Segundo o autor,

trata-se de uma concepção que insiste antes de tudo sobre a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de uma outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar (2006a, p. 262)

Por sua vez, o caráter de tal proposta pode ser percebido a partir de outros dois aspectos centrais, levantados por França Filho (2006a): primeiro, os objetivos deste projeto são no sentido de levar benefícios a uma totalidade. O autor sustenta que “seus beneficiários diretos não são indivíduos isolados ou assistidos, mas sim coletivos concretos ou entes organizados” (2006a, p. 266). O segundo é que seus resultados devem ser pensados no médio e longo prazo. Entra em discussão aqui a própria natureza da sustentabilidade e da sua medição. Conforme o autor,

a noção de resultado aqui deve ser revista no sentido da construção de critérios e parâmetros de avaliação que reflitam os avanços substanciais e qualitativos que ocorrem nestes processos: o nível, por exemplo, da organização política, das relações sociais, das atitudes individuais, etc. (FRANÇA FILHO et alli, 2006a, P.266).

Este eixo de análise está, desta forma, associado principalmente ao movimento de atuação do agente promotor do desenvolvimento, e por isto ele pode ser considerado como uma dimensão dirigida. Este agente pode ser entendido aqui tanto como um atuador externo quanto como um promotor local, a exemplo do caso do Conjunto Palmeiras, cujo projeto de desenvolvimento é capitaneado pelo Banco Palmas, uma organização local (SILVA JUNIOR, 2004).

Utilizaremos aqui ainda os conceitos de endogenia e exogenia, para designar o grau de indução produzido por um processo de desenvolvimento. De fato, os processos realizados por agentes externos à comunidade não poderiam ser a rigor qualificados de endógenos. Entretanto suas práticas de intervenção podem conduzir a uma endogenia, a partir do fomento

da organização comunitária e da utilização de ferramentas democráticas. Tal enfoque já foi observado em trabalho na literatura (ARAÚJO, 2006). Assim, um processo fortemente endógeno seria aquele influenciado por um alto nível de indução, ao passo que um exógeno seria o contrário.

b) O eixo bagagem comunitária

A dimensão bagagem comunitária deve ser entendida a partir das condições existentes no local, tanto no que diz respeito às questões coletivas, quanto às individuais, relacionadas, por exemplo, a temas como experiência profissional ou qualificação técnica.

Gaiger (2004) considera seis fatores como essenciais para que surjam EES em uma comunidade. São eles: i. a existência da experiência com práticas associativas, comunitárias ou de classe nos setores envolvidos na proposta; ii. a presença de lideranças e/ou organizações populares que façam o papel de mediadores do processo, e que estejam identificados com a comunidade; iii. chances favoráveis à compatibilização das alternativas com a economia popular dos trabalhadores (formando um conjunto), não se definindo contra a economia capitalista, mas sendo outra economia; iv. a presença de entidades ou grupos que direcionem as ações para as práticas solidárias (autogestão, associativismo); v. o agravamento da exclusão e da pobreza, devido à efeitos diversos; vi. o cenário político propício, onde se reconhecem estas alternativas e ela passam a se constituir como programas formais de Estado, e a atingir também muitos movimentos sociais.

A questão da solidariedade originária ou tradicional é também considerada essencial no surgimento de uma prática de economia solidária. França Filho (2006a) observa que “a economia popular representa uma espécie de prolongamento das solidariedades ordinárias que são tecidas no interior dos grupos primários” (p. 59).

Um dos fatores que debilitam as possibilidades do desenvolvimento de um projeto de desenvolvimento local é a baixa institucionalização das práticas. Questões como a falta de qualificação profissional, a presença de uma cultura tradicional clientelística e assistencialista e a já referida falta de reconhecimento público sobre as práticas, por exemplo, contribuem para a existência deste fator (FRANÇA FILHO, 2006a).

Podemos então representar esta dimensão a partir de dois pólos distintos, construídos a partir de duas caracterizações: o primeiro deles é quando existe uma grande bagagem comunitária. Neste caso, observa-se um comunitarismo e uma institucionalização bem desenvolvidos. No outro pólo encontra-se a predominância do individualismo e da informalidade (em oposição à institucionalização), o que pode refletir numa desarticulação comunitária e por consequência num cenário desfavorável para a implantação das práticas solidárias.

Gaiger (2004) considera que o processo de atuação tem mais chances principalmente nas ações que vêm de encontro aos anseios que já estão presentes nos trabalhadores. Entretanto, esta ação não consegue atingir, pelo menos não tão rapidamente, as predisposições que estes possam ter em experimentar as alternativas propostas, nem as suas convicções, que, segundo ele, determinam suas preferências.

Por fim, esta dimensão pode ainda ser considerada “determinada”, pois está fora da ação imediata de um processo de intervenção.

O modelo

O cruzamento destas duas dimensões (indução e bagagem comunitária) configura quatro quadrantes, que são representativos de respectivamente quatro possibilidades gerais no que diz respeito à sustentabilidade do projeto de desenvolvimento local. Estas possibilidades

estão, desta forma, associadas às características adotadas no processo de desenvolvimento e àquelas pré-existentes na comunidade. Este esquema pode ser visualizado na Figura 1. Entende-se, a partir deste quadro, que a sustentabilidade em seu sentido mais geral é sempre possível, desde que ocorram os estímulos ou condições destacadas.

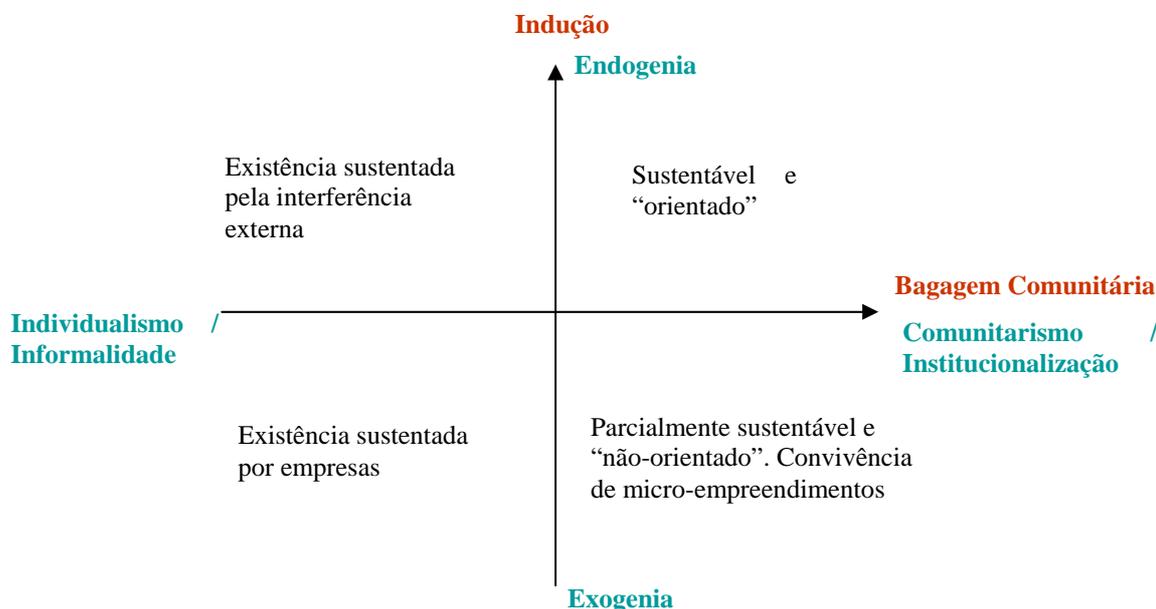


Figura 1 - Modelo de análise para as possibilidades de sustentabilidade

Primeiramente, temos as práticas de intervenção que se referenciam sobre ações exógenas, realizadas em uma comunidade desarticulada, regidas pelo individualismo e pela informalidade. A sustentabilidade gerada a partir destas experiências tem suas possibilidades de efetivação a partir das práticas de agentes capitalistas específicos. Dentro destas, podemos destacar aquelas que Moura et alli (2002) identificam como visões de desenvolvimento local a partir de um enfoque competitivo. Neste caso, surgem políticas de desenvolvimento que tendem a se direcionar para grandes e médios empreendimentos, caso em que se aproximam das correntes mais tradicionais de desenvolvimento econômico.

No segundo quadrante, identificamos aqueles processos que tem a sua atuação pautada pelo baixo grau de endogenia, porém em localidades de alto potencial internalizado. Neste caso, embora não se excluam as possibilidades associadas às políticas localizadas no quadrante descrito anteriormente, há a criação de outras, associadas ao fomento de um processo de criação de vários empreendimentos locais, principalmente aqueles definidos como micro e pequenos. Caracteristicamente, um dos processos que podem ser aqui enquadrados são aqueles de estímulo à constituição de arranjos produtivos locais (APLs), que procuram aproveitar as condições existentes no local, sem ser obrigatoriamente a partir de um processo indutivo e democrático. O foco, nestes casos, é o apoio mútuo que pode haver entre instituições de todo o tipo, existentes no local, como empresas de diversos ramos, órgãos governamentais e instituições públicas (OLIVEIRA e FARIAS FILHO, 2006). Percebe-se, neste caso, que o local pode ter uma concepção mais ampla do que a comunitária, adotada neste trabalho.

As duas outras dimensões estão associadas a um processo com alto grau de indução. São nestas que estão presentes as possibilidades de desenvolvimento sustentável guiadas pela ótica da economia solidária. Estas possibilidades são maiores quando as comunidades têm uma grande bagagem do que o contrário. Neste último caso, a baixa formação e a fraca articulação exigem um maior esforço do agente de desenvolvimento, e há uma dependência muito maior da comunidade para com este agente para o desenvolvimento do processo.

Para analisar estas duas dimensões, é conveniente que se pense a indução a partir de diferentes níveis de gradação, o que permite se pensar a existência de diferenciação nos processos de intervenção. Assim, aqueles que surgem dentro da própria comunidade tendem a ser mais endógenos do que os provocados por agentes externos. Isto devido principalmente às diferenças criadas na dinâmica associativa, o que pode gerar reflexos em diferentes “práticas de capacitação, da participação e dos prazos e ritmos de construção dos projetos” (Moura et alli, 2002, P. 11).

Dentre as práticas de desenvolvimento já existentes, algumas que poderiam ser enquadradas próximas ao nível de sustentabilidade mais alto são as associadas aos programas de Desenvolvimento Local Sustentável (DLS), encampados pelo PNUD e SUDENE, bem como as classificadas como Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS), encampado principalmente pelo Comunidade Ativa (MOURA et alli, 2002). Assim também o caso do Banco Palmas poderia ser colocado com grande precisão dentro do quadrante “sustentável e orientado”¹, pois opera em uma comunidade extremamente ativa e surgiu a partir de um processo de uma mobilização comunitária espontânea (SILVA JÚNIOR, 2004).

Observam-se nestas práticas encapadas pelo governo (DLS e DLIS) a preocupação em se escapar do assistencialismo e da dependência do Estado (ACCARINI E COSTA, 2002), a partir de um movimento de realinhamento de políticas que poderíamos classificar aqui como sendo a passagem de um modelo exógeno para um endógeno. Entretanto, e a despeito da sua ênfase no desenvolvimento do capital social como meio para se alavancar a produção local, não se percebe a existência, nestas políticas, de uma orientação teórica e ideológica precisa em campos como a autogestão e a propriedade conjunta dos meios de produção (embora existam espaços abertos para este direcionamento), e que podem se configurar como importantes ferramentas para a redução drástica de desigualdades sociais.

É sobretudo quando observamos esta orientação que podemos definir uma realidade de desenvolvimento como sustentável e orientada, a qual representa o processo que adquire a possibilidade de se perenizar com a manutenção das conquistas sociais, econômicas e políticas do local. A existência da democracia, conforme defendida nestes programas governamentais é importante, porém pode se mostrar insuficiente na continuidade do processo de desenvolvimento, pela falta do suporte metodológico e teórico para a superação de muitas das dificuldades que podem ser encontradas.

Podemos observar, a partir deste modelo, que o enquadramento das práticas de desenvolvimento pode se deslocar horizontalmente, conforme as características da comunidade analisada. Como regra geral, podemos observar que as práticas enquadradas nos quadrantes da esquerda podem também se fazer presentes junto àquelas comunidades desenvolvidas, com alto grau de comunitarismo e de institucionalização. Entretanto, o inverso ocorre com maior dificuldade, já que as ações que são possíveis dentro de comunidades com alta bagagem podem não se realizar naquelas que ainda não chegaram a este estágio.

a) As possibilidades dinâmicas do modelo

Espera-se que uma vez aplicada uma política (ou de forma mais genérica uma ação) de desenvolvimento, a comunidade não esteja condenada a existir sob as condições em que foi colocada. Além disto, se considera que o movimento em direção às possibilidades de sustentabilidade mais desejáveis (considerando como tal aquelas encampadas localmente) seja possível. Três movimentos são aqui destacados: 1. o resgate da exclusão, 2. o rearranjo local a partir do movimento indutivo e 3. a formação. Estes movimentos estão esquematizados na Figura 2.

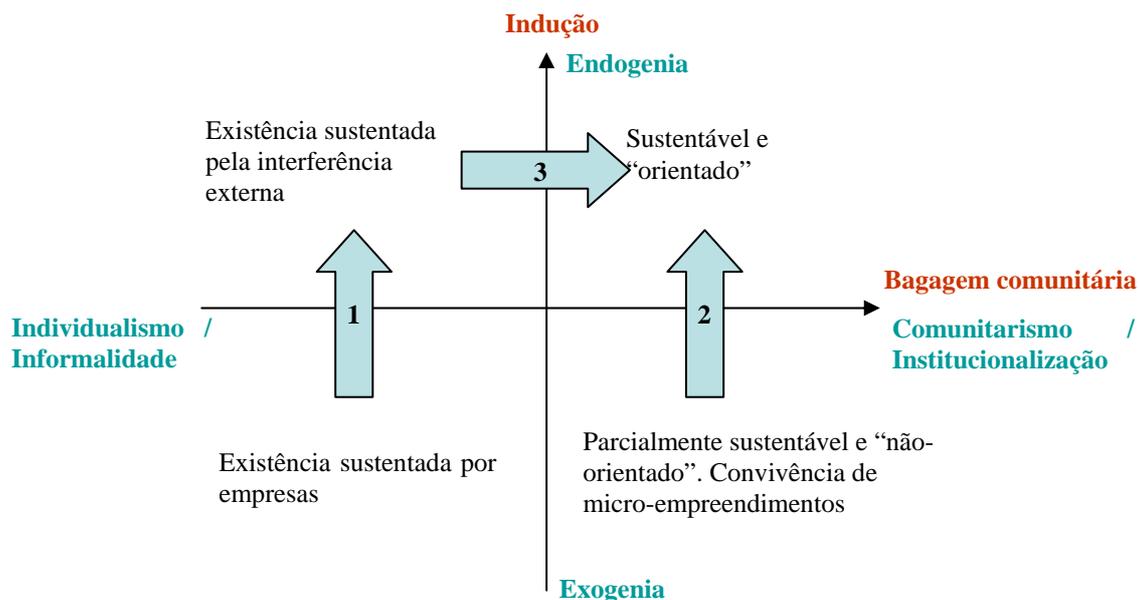


Figura 2 - Esquema dos movimentos possíveis - representados pelas setas azuis

O primeiro movimento pode ocorrer a partir do trabalho de desenvolvimento realizado em comunidades atingidas pelos efeitos da exclusão social e que possuem baixa articulação comunitária. O resgate nesta fase ocorre por meio da organização da dimensão sociopolítica, abrindo caminho para a geração de emprego e renda a partir das demandas locais. O segundo diz respeito também, de certa forma, ao fomento da organização de uma comunidade que, neste caso, já possui certa articulação e uma boa formação dos indivíduos, num movimento que pode representar grandes possibilidades de sustentabilidade. De novo, como o modelo não pode ser estanque, neste caso o ponto de partida pode também ser o de uma realidade de exclusão, que de fato tem atingido a todas as comunidades indistintamente. Por fim, o terceiro movimento diz respeito ao processo de formação, obedecendo às questões coletivas (mais sociopolíticas) e individuais (mais técnicas).

A rigor, estes movimentos não representam noções novas em relação às possibilidades de intervenção apresentadas na seção anterior. O objetivo aqui é aventar as possibilidades de movimentos e alterações nas práticas de desenvolvimento, relacionando estes à resultados de práticas anteriores nas intervenções locais.

A aplicação ao caso Eco-Luzia

Estudaremos aqui um caso ilustrativo, com o fim de se verificar a sua inserção no modelo. Trata-se de um projeto de intervenção externa, denominado “Eco-Luzia” que está sendo implantado na comunidade de Santa Luzia, bairro do município de Simões Filho, pertencente à região metropolitana de Salvador. Esta comunidade assume uma característica peculiar, no que diz respeito à sua situação de exclusão, podendo representar uma exemplificação de um caso “limítrofe” do modelo. Trata-se de uma localidade composta por cerca de 90 famílias e 350 moradores, e que encontra várias dificuldades relacionadas à pobreza e à falta de acesso à estrutura básica de serviços públicos. São pessoas, em grande parte, excluídas do próprio circuito regular emprego e trabalho. Sua PEA é de em torno de 42%, sendo que destes apenas 49,7% apresenta alguma atividade remunerada, formal ou informal². Segundo o PNUD (2006), esta região é uma das mais pobres da Bahia, fazendo com que a região metropolitana de Salvador tenha um dos piores índices de distribuição de renda do mundo, se equiparando à países da África.

O projeto Eco-Luzia foi desenvolvido pela UFBA a partir do financiamento da
 © Cadernos Gestão Social, Salvador, v.1, n.1, Ed. Especial, p.1-16, set.-dez. 2007

Petrobrás, e está entrando no seu terceiro ano de execução. Tem como eixo central uma “proposta de intervenção territorial para o desenvolvimento local numa perspectiva de economia solidária”³. Inicialmente surgiu como um projeto de compensação da empresa financiadora, a partir de uma condenação à realização de um termo e ajustamento de conduta (TAC), que a obrigava à instalação de 100 unidades sanitárias na comunidade, por ocasião de um acidente ambiental, mas que foi redesenhado, assumindo o formato de proposta de intervenção segundo a economia solidária.

A análise presente neste trabalho foi feita mediante estudo documental, observação participante dentro da comunidade (a partir da equipe de intervenção) e entrevistas exploratórias com alguns moradores locais. Teve duração de quatro meses (de setembro de 2006 a dezembro de 2006), e perfaz a fase preliminar e exploratória de um projeto de mestrado que está em desenvolvimento na Escola de Administração da UFBA.

a) A comunidade de Santa Luzia

Um aspecto que chama a atenção na comunidade em estudo é a existência de uma desmobilização local para a resolução de problemas comuns. Parte disto pode ser percebido a partir de reuniões quinzenais que são realizadas envolvendo toda a comunidade e a equipe técnica da UFBA, para tratar de assuntos referentes ao processo em execução. Estas reuniões assumem um caráter, ao mesmo tempo, de repasse de ações e de deliberações. Por isto, elas se constituem como um dos momentos chave no processo que está em andamento, no qual a comunidade pode participar e definir os seus rumos. Embora estas reuniões sejam relativamente concorridas, geralmente com a presença de mais de 30 pessoas, há uma baixa participação dos moradores, que acabam assumindo, com algumas exceções, um papel passivo. A equipe técnica da UFBA é quem acaba geralmente tomando a frente delas, conduzindo o processo.

Esta desagregação tem suas raízes na história do local. Ela pode ser percebida desde o seu adensamento populacional, que remonta da primeira metade do século XX. Este ocorreu a partir da ocupação fragmentada de uma antiga propriedade rural, por ex-trabalhadores e por pessoas que vieram de fora e se agregaram ao povoado. Esta propriedade foi abandonada pelos seus donos após o declínio do período açucareiro e após a morte de seus proprietários, em que não houve o reclame dos herdeiros (o que só ocorreu anos depois). Outro fator de atração foi a existência de uma linha de trem de passageiros que por ali passava. A partir desta ocupação, os moradores se estabeleceram com base em práticas de subsistência. Estas práticas consistiam no cultivo da mandioca, cana de açúcar, banana e hortaliças, que eram geralmente pouco rentáveis, além da pesca e mariscagem, que eram aparentemente mais favoráveis economicamente. Estas práticas, com algumas exceções (da pesca, por exemplo) eram individuais por família, e cada um vendia o seu excedente da maneira possível, utilizando principalmente feiras livres de Salvador, além das estações de trem de Mapele e Santa Luzia. Outro modo de sobrevivência era a prestação de serviços doméstico por mulheres, em Salvador, e o trabalho no funcionalismo público (CHESF). Pelas suas condições de isolamento geográfico, as pessoas que ali moravam sempre tiveram dificuldades também com o suprimento de vários bens de consumo e serviços.

Por outro lado, vários eventos culturais, juntamente com alguns movimentos comunitários, como a luta por escolas, que se passaram depois da primeira metade do século XX, dão mostras de certa mobilização. Esta, entretanto, parece estar sempre caracterizada por atuações pessoais, com alguns moradores cedendo as próprias casas para a concretização das conquistas geradas a partir destas lutas. Outro fato importante do ponto de vista da presente análise é a retirada de parcela significativa dos moradores locais para outro bairro por conta de um programa habitacional no município de Simões Filho. Isto contribuiu para o

esvaziamento com outro fato que parece ser relevante, que é o esvaziamento de ruas.

b) O processo de intervenção

A primeira fase do projeto Eco-Luzia, iniciada em 2005, contou com um processo centrado principalmente na mobilização e conscientização da comunidade. Este foi um momento de definição das demandas locais, e foi conduzido por técnicos especializados no tema economia solidária, vinculados à UFBA. Este processo teve como objetivo o fomento à definição pelos próprios moradores do local das ações de desenvolvimento a serem realizadas. Embora a endogenia, por princípio, tenha sido fortemente aplicada, ela estava limitada por orientações lançadas pela equipe técnica de intervenção.

Desta fase, saíram as sugestões de criação de um banco comunitário, de um mercadinho (que seria organizado sob a forma de cooperativa de consumo), de um projeto de cultivo de algas marinhas e de um centro de desenvolvimento solidário (CDS), que articularia a comunidade e os empreendimentos nela constituídos. Foi ainda definida a construção de 23 moradias populares, neste caso na perspectiva específica do cumprimento do TAC. Embora se perceba na constituição destes empreendimentos e na definição do seu modelo de gestão a influência dos apoiadores externos, eles essencialmente refletem as necessidades do bairro. Por exemplo, a comunidade não contava, até então, com um ponto de comercialização que pudesse suprir as suas demandas. Com isto, suas compras tinham de ser efetuada no centro da cidade, distante cinco quilômetros do bairro e contando com um sistema de transportes extremamente precário. Outro suporte para a criação destes empreendimentos foi um mapeamento de produção e consumo locais, que foi realizado no decorrer desta primeira fase.

A estratégia de indução que foi adotada parece ter atingido um de seus objetivos principais, que era o de colocar a comunidade num papel de protagonismo. Ao analisar o discurso de uma das entrevistas realizadas, percebe-se que há a sensação de protagonização do processo. Há a referência de realizações e tomadas de decisão como sendo a partir da comunidade, especialmente na primeira fase do processo, em que a equipe técnica da UFBA é identificada mais como apoiadora do processo. Outro reflexo deste processo de indução é que alguns moradores percebem um aumento nos laços sociais da comunidade. Uma das entrevistadas afirma que “as pessoas eram muito dispersas, eu não conhecia ninguém (...). Logo no início, quando eu comecei a participar dos projetos, comecei a conhecer as pessoas, e as pessoas começaram a me conhecer, e eu achei que ele serviu para unir as pessoas”.

O projeto Eco-Luzia evoluiu para a sua segunda fase em 2006, a partir da implantação efetiva dos empreendimentos. Alguns deles como o banco comunitário, o CDS e o mercadinho iniciaram este processo já no final da primeira fase. Esta fase conta com a participação mais efetiva de alguns membros da comunidade, que passaram a integrar estes empreendimentos, a partir de uma seleção com os candidatos que surgiram espontaneamente. O projeto de algicultura teve seu início depois da metade da segunda fase do projeto e a construção das moradias ainda não havia sido feita quando do fechamento deste trabalho.

Outro ponto relevante é a possibilidade de observação de que a continuidade do trabalho, bem como os seus sucessos parciais tem relação direta com a aceitação da comunidade do agente externo. Não é percebida uma resistência muito intensa com relação ao projeto, e há mesmo o desejo de grande parte das pessoas para que ele tenha uma continuidade, e elas se empenham diretamente para que ele seja bem sucedido. Isto é notado em algumas entrevistas, em que são verbalizados estes sentimentos; bem como nas ações e esforços realizados por membros da comunidade nos novos empreendimentos em que eles estão inseridos. Parece contribuir para isto, apesar da certa desagregação comentada anteriormente, o laço de solidariedade e de amizade que existe (e que parece ter se intensificado e aumentado com o projeto) entre algumas pessoas da comunidade. A

desarticulação surge, ao que parece, devido a estes laços não terem até então se convertido em ação transformadora. Isto parece ocorrer principalmente pelo isolamento historicamente vivido pela comunidade, o que tirou muitas pessoas do circuito regular de emprego (e das experiências que ele proporciona), constituindo-se para além de um isolamento geográfico, outro social.

O projeto parece também estar mexendo com a auto-estima das pessoas dos moradores, especialmente daquelas que estão trabalhando dentro dele. Isto é evidenciado na fala de algumas pessoas, que demonstram estar mudando de vida e de hábitos. Um reflexo disto, que pode servir como exemplo ilustrativo, é que um grupo de mulheres da comunidade começou a frequentar academia de ginástica. Podemos citar também um outro caso, que foi citado em uma das entrevistas, de uma das trabalhadoras do banco comunitário. A metodologia do banco inclui a visita a todos os domicílios da comunidade, para oferecer o serviço e verificar as possibilidades de crédito, que é liberado conforme o aval “informal” de outros moradores, especialmente vizinhos e conhecidos. Em um dos domicílios visitados encontrava-se uma senhora, que ao receber a visita das agentes ficou muito emocionada. Ninguém a visitava há muito tempo. Foi então que ela mostrou seus trabalhos manuais (bordados) e conversou com as “meninas” do banco.

c) A inserção do caso no modelo

Todos estes fatores citados parecem colocar o projeto Ecoluzia dentro das possibilidades dinâmicas apresentadas sinteticamente na Figura 2. Fazendo então a localização deste projeto, em termos de sustentabilidade, dentro das dimensões indução e bagagem comunitária, temos um esquema que pode ser visualizado na Figura 3.

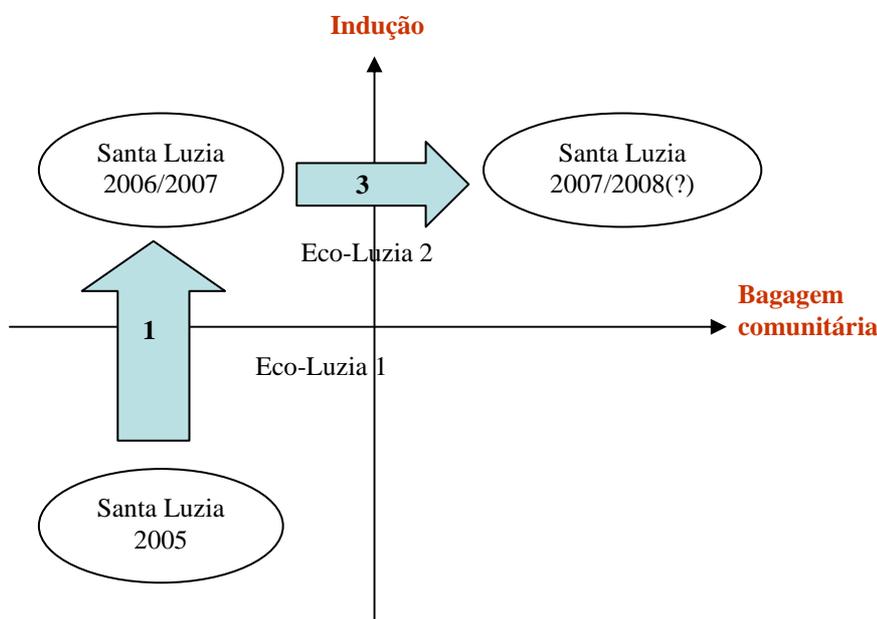


Figura 3 - Desenho esquemático do projeto Ecoluzia segundo o modelo de análise proposto

O enquadramento do projeto Eco-Luzia, e da situação da comunidade pode ser pensado a partir de uma divisão temporal do processo. Como a comunidade vivia no início do projeto, em 2005 uma situação de exclusão, de baixa articulação comunitária e de baixa formação escolar e profissional, ela se colocava dentro das possibilidades de um projeto de desenvolvimento que seria sustentável somente pela implantação de empresas instaladas no local, que ainda assim empregaria esta mão de obra com alguma relutância, talvez somente a partir de fortes incentivos governamentais e da efetivação de programas de qualificação

profissional.

A partir daí, podemos entender dois movimentos que se enquadram mais ou menos dentro de cada fase do projeto. O primeiro deles (correspondente à fase Eco-Luzia 1) cumpriu um papel de mobilização da comunidade para o enfrentamento dos seus problemas. Entretanto, a baixa “bagagem comunitária” existente, ou seja, a presença de ainda muito individualismo e informalidade no local, não permitia a finalização do processo, de forma que houve a necessidade do desenvolvimento de uma segunda etapa (Eco-Luzia 2). De fato, os dois projetos foram desenhados de forma conjunta, ou seja, o segundo somente surgiu após a realização do primeiro, e já estava previsto. Nesta segunda fase, o que se tem é o desenvolvimento das habilidades individuais e comunitárias, por meio do incentivo à gestão (de fato autogestão) dos empreendimentos criados e da articulação continuada a partir dos mecanismos comunitários criados (principalmente o CDS).

Há, entretanto, uma percepção mais ou menos clara de que este processo de transição não será ainda suficiente para que a comunidade atinja plenamente o quadrante de maior possibilidade de sustentabilidade, quando do término da segunda etapa da intervenção, previsto para que seja em 12 meses após o seu início. Percebe-se o grau de dificuldade que há nas pessoas da comunidade em internalizar as capacidades de gestão necessárias para a manutenção dos empreendimentos. Mesmo que exista esta absorção de capacidades, voltadas para uma gestão aberta e comunitária (proporcionada principalmente por uma solidariedade comunitária tradicional pré-existente, como já citado acima), a alta defasagem que existia na comunidade dificilmente será eliminada em um projeto de dois anos, que foi o tempo previsto inicialmente no projeto Ecoluzia.

Considerações Finais

A sustentabilidade, considerada no seu aspecto econômico ou ambiental, pode ser atingida em quaisquer das quatro situações aventadas. Entretanto, se não for buscado o desenvolvimento endógeno e a formação da comunidade no seu sentido mais amplo (multidimensional), podemos ter dois efeitos negativos: primeiro, o processo pode permitir (e até mesmo alimentar) a reprodução de condições sociais que se deseja combater por ocasião do plano de desenvolvimento e, segundo, ele pode tornar-se, como nos lembram Accarini e Costa (2002), mais oneroso e menos eficiente do que poderia ser. Ao se aplicar um plano essencialmente exógeno, ele deixa de aproveitar as potencialidades existentes no local e pode não contar com a mobilização da comunidade se não estiver sintonizado com suas necessidades. Neste caso, o eventual ganho de tempo e de energia que um agente externo possa vir a ter pode ser apenas aparente, já que o resultado tende a ficar muito longe do esperado.

Outro ponto que merece destaque é que parece haver algumas limitações com relação às possibilidades de indução de um projeto de desenvolvimento comunitário. A primeira delas ocorre justamente quando se tem intervenção externa. Por mais que o agente tenha uma atuação que provoque o surgimento da endogenia, o movimento não parte da comunidade, o que faz com que ele seja por definição menos endógeno do que poderia ser. Em segundo lugar, há um limite colocado pelas próprias condições da comunidade, que dificultam o próprio processo de indução. Aqui há uma interação com a outra dimensão que o modelo propõe, o que faz com que ele não deva ser entendido como absolutamente linear, como sugere o quadro desenhado, mas sim como uma figura de referência. O movimento inverso também pode ser verdadeiro, e há a possibilidade de que os resultados da intervenção possam se aproximar ainda mais da endogenia em comunidades bem articuladas, aumentando suas possibilidades de sustentabilidade.

O projeto desenhado para a comunidade de Santa Luzia parece refletir bem esta

situação. Percebe-se uma grande dificuldade de se estabelecer uma articulação comunitária que seja intensa. Mesmo que o processo tenha se desenhado com a indução possível, na fase presente o projeto de desenvolvimento somente se mostra sustentável sob a influência externa dos apoiadores. Por outro lado, percebe-se o ganho relativo de valores comunitários que o processo vem propiciando à comunidade, o que é um indicativo de que o movimento de aumento da sustentabilidade pode estar ocorrendo. Ainda neste sentido, se vê uma articulação direta da dimensão “bagagem comunitária”, que está sendo fomentada na fase do Eco-Luzia 2, com a dimensão “indução”. Percebe-se que o alto grau de indução colocado no processo tem facilitado o seu desenvolvimento. Aqui se pode observar que o processo de “formação” tem possibilidades de ser alimentado por esta característica do processo de intervenção.

Discussões futuras

Para a consolidação do modelo de análise apresentado é necessário que se lance mão de um número maior de casos, verificando-se suas possibilidades de enquadramento. Estes estudos devem ter como foco, em especial, a percepção da existência ou não de outros fatores que sejam tão ou mais relevantes do que os dois aqui apresentados.

Entende-se neste trabalho a sustentabilidade como possibilidade que aponta para a sobrevivência de um projeto de desenvolvimento local. A economia solidária, entretanto, aponta para a necessidade de um cuidado especial com o sentido deste conceito. As implicações deste sentido, que envolvem as finalidades multidimensionais dos empreendimentos da economia solidária, podem ser objetos de estudos futuros para a necessária complementação do presente modelo.

Caminha-se para o entendimento mais profundo sobre os impactos do projeto de intervenção Eco-Luzia sobre a comunidade de Santa Luzia, devido à continuidade que o estudo que gerou este trabalho vai ter. Com isto, podem também ser verificados outros fatores específicos desta comunidade que tendem a contribuir para o entendimento sobre as possibilidades de sustentabilidade do seu processo de desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

ACCARINI, José Honório; COSTA, Otávio Gondin Pereira. **Desenvolvimento local integrado (DLIS): reflexões**. Bahia Análise & Dados, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, V. 12, n.o 2, Setembro de 2002.

APAEB. **APAEB – Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Bahia Análise & Dados, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, V. 12, n.o 1, Junho 2002.

ARAÚJO, Carolina Lopes. **Desenvolvendo a comunidade através da sua energia transformadora**. X Colóquio Internacional sobre o poder local. Salvador, Anais... 2006.

COSTA, Pedro Almeida. **Um diagnóstico da gestão praticada em iniciativas de economia solidária e os seus desafios gerenciais: estudo de caso do município de Cachoeirinha**. Dissertação de Mestrado. Escola de Administração da UFRGS, Porto Alegre, 2003.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho, LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et alli. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Editora da UFRGS, Porto Alegre, 2006a.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Economia solidária e movimentos sociais**. In MEDEIROS, Alzira, SCHWENGBER, Ângela e SCHIOCHET, Valmor. Políticas públicas de economia solidária: por um outro desenvolvimento. Editora Universitária da UFPE, Recife,

2006b.

GAIGER, Luis Inácio. **Sentido e possibilidades da economia solidária hoje.** in KRAYCHETE, Gabriel. A economia dos setores populares: entre a realidade e a Utopia, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MOURA, Maria Suzana et alli. **Desenvolvimento local sustentável: o que sinalizam as práticas.** XXVI ENANPAD, Salvador. Anais... 2002.

OLIVEIRA, Marcelo Barreto Lagoeiro, FARIAS FILHO, José Rodrigues. **Arranjo produtivo local – petróleo em Macaé – RJ.** III CNEG, Niterói. Anais... 2006.

PNUD. **Grande Salvador: na capital, o pior e melhor.** 28/12/2006. Disponível em www.pnud.org.br. Acessado em fev/2007.

REIS, Tatiana A; MEIRA, Ludmila. **A sustentabilidade em empreendimentos da economia solidária: pluralidade e interconexão de dimensões.** Anais ENANPAD, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza e RODRÍGUEZ, César. **Para ampliar o cânone da produção.** In SANTOS, Boaventura de Souza (org). Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Gestão, fato associativo & economia solidária: a experiência da ASMOCONP/Banco Palmas.** Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

VAN BELLEN, Hans Michel. **Indicadores de Sustentabilidade: Uma análise comparativa.** FGV Editora, 2.a ed, Rio de Janeiro, 2006.

VIEIRA, Fabiano M. **Coerência e Aderência da Economia Solidária: Um Estudo de Caso dos Coletivos de Produção do MST em Mato Grosso do Sul.** Tese de doutorado, USP, São Paulo, 2005.

Notas

¹ A caracterização “orientada” foi utilizada aqui meramente para designar o direcionamento em relação aos conceitos da economia solidária

² “Caracterização socioeconômica da comunidade de Santa Luzia”, disponível na fundação CRÊ.

³ Extraído do plano de trabalho do projeto, submetido à Petrobrás (financiadora) pela UFBA (executora). Não se encontra publicado.